

# CADERNOS

# AH!

#11



**CAUSAS E RAZÕES  
DAS ILHAS DESERTAS**

**Gilles Deleuze**

## **Causas e razões das ilhas desertas**

Gilles Deleuze

Tradução: Fernando Ramalho

Paginação: Fernando Ramalho

Origem do texto: Gilles Deleuze, *L'Île déserte et autres textes (1953-1974)*, Les Éditions de Minuit, 2002.

Imagem da capa: Jacqueline Duhême and Jean Pierre Bamberger, *Deleuze de férias na Normandia*, c. 1955.

Dezembro de 2023

[www.murasonoro.com](http://www.murasonoro.com)

[murasonoro.info@gmail.com](mailto:murasonoro.info@gmail.com)

Os geógrafos dizem que há duas espécies de ilhas. Trata-se de uma informação preciosa para a imaginação, uma vez que lhe fornece uma confirmação do que, por outra via, já era do seu conhecimento. Não é o único caso em que a ciência torna a mitologia mais material e em que a mitologia torna a ciência mais animada. *As ilhas continentais* são ilhas acidentais, ilhas derivadas: separadas de um continente, nasceram de uma desarticulação, de uma erosão, de uma fractura, sobrevivem pela dissipação do que as retinha. *As ilhas*

Gilles Deleuze (1925-1995) foi um filósofo francês.

*oceânicas* são ilhas originárias, essenciais: tanto podem ser constituídas por corais, apresentando-nos um verdadeiro organismo, como podem surgir de erupções submarinas, trazendo ao ar livre um movimento a partir do fundo; algumas emergem lentamente, outras desaparecem e retornam, nem nos dão tempo para que as anexemos. Essas duas espécies de ilhas, originárias ou continentais, dão testemunho de uma oposição profunda entre o oceano e a terra. Uma recordam-nos de que o mar está sobre a terra, beneficiando de um abatimento menor das estruturas mais elevadas; as outras mostram-nos que a terra ainda aí está, debaixo do mar, e mobiliza as suas forças para romper a superfície. Devemos reconhecer que, regra geral, os elementos se detestam, que têm horror uns aos outros. Nada há de tranquilizador nisso. Do mesmo modo, que uma ilha seja deserta deveria parecer-nos *filosoficamente* normal. O homem não descansará, nem se sentirá seguro, enquanto não imaginar terminado (ou pelo menos dominado) o vivo combate entre a terra e o mar. Chamará pai e mãe a esses dois elementos, distribuindo os sexos à medida da sua fantasia. Deverá, por um lado, convencer-se de que não existe qualquer combate desse género e, por outro,

fingir que esse combate já não tem lugar. A existência das ilhas, em qualquer dos casos, é a negação de um tal ponto de vista, de um tal esforço e de uma tal convicção. Sempre espantará que a Inglaterra seja povoada. O homem não pode viver sobre uma ilha a não ser esquecendo o que ela representa. As ilhas transcendem o homem, ou antecedem-no.

Mas tudo o que nos diz a geografia sobre as duas espécies de ilhas já a imaginação o sabia por sua conta e por uma outra via. O impulso que conduz o homem em direcção às ilhas recupera o duplo movimento que produz as ilhas em si mesmas. Sonhar com as ilhas, seja com angústia ou alegria, é sonhar que nos separamos, ou que já estamos separados, longe dos continentes, que estamos sós ou perdidos – ou então é sonhar que partimos do zero, que nos recriamos, que recomeçamos. Há ilhas derivadas, mas é também em direcção à ilha que derivamos; e há ilhas originárias, mas *a ilha é também a origem*, a origem radical e absoluta. Certamente que separação e recriação não se excluem. Precisamos de nos ocupar quando estamos separados, é preferível separar-nos quando pretendemos recriar, mas uma das duas tendências domina sempre. Assim, o movimento da imaginação das ilhas

recupera o movimento da sua produção, mas não tem o mesmo objecto. O movimento é o mesmo, mas o móbil é outro. Não se trata já da ilha que se separou do continente mas do homem que se encontra separado do mundo quando está sobre a ilha. Não se trata já da ilha que se cria a partir do fundo da terra através das águas mas do homem que recria o mundo a partir da ilha e sobre as águas. O homem recupera então, por si, ambos os movimentos da ilha e pode assumi-lo sobre uma ilha que, justamente, não tem esse movimento: podemos derivar em direcção a uma ilha originária e criar numa ilha apenas derivada. Na verdade, encontraremos aí uma nova razão pela qual toda a ilha é e permanecerá teoricamente deserta.

Efectivamente, para que uma ilha deixe de ser deserta não basta que seja habitada. Se é verdade que o movimento do homem em direcção à ilha recupera o movimento anterior da ilha, os homens podem ocupá-la, mas ela é ainda deserta, ainda mais deserta, por mais que eles estejam suficientemente, ou seja, absolutamente separados, por mais que eles sejam suficientemente, ou seja, absolutamente criadores. Isso, por certo, nunca sucede exactamente desse modo, ainda que o naufrago se aproxime de uma tal condi-

ção. Mas para que assim seja, terá de se incutir na imaginação o movimento que leva o homem à ilha. Um tal movimento só aparentemente rompe o deserto da ilha. Na verdade, retoma e prolonga o impulso que a produzia como ilha deserta; longe de comprometê-la, leva-a à sua perfeição, ao seu auge. O homem, em determinadas condições que o prendem ao movimento próprio das coisas, em vez de romper o deserto, sacraliza-o. Os homens que chegam à ilha ocupam-na de facto e povoam-na; na verdade, porém, se estivessem suficientemente separados, se fossem suficientemente criadores, não dariam à ilha senão uma imagem dinâmica de si própria, uma consciência do movimento que a produz, de tal modo que, através do homem, a ilha tomasse enfim consciência de si como deserta e sem homens. A ilha seria apenas o sonho do homem e o homem seria a pura consciência da ilha. Para isso, e uma vez mais, uma única condição: seria necessário que o homem se submetesse ao movimento que o conduz à ilha, um movimento que prolonga e recupera o impulso produtor da ilha. Então, a geografia mais não faria do que juntar-se ao imaginário. A única resposta, portanto, à questão cara aos antigos exploradores, «que seres existem na ilha deserta?», é que o

homem já lá existe, mas um homem pouco comum, um homem absolutamente separado, absolutamente criador, uma Ideia de homem, em suma, um protótipo, um homem que seria quase um deus, uma mulher que seria uma deusa, um grande Amnésico, um puro Artista, consciência da Terra e do Oceano, um enorme ciclone, uma bela bruxa, uma estátua da Ilha da Páscoa. Eis o homem anterior a si mesmo. Uma tal criatura na ilha deserta seria a própria ilha deserta na medida em que ela se imagina e se reflecte no seu movimento primeiro. Consciência da terra e do oceano, assim é a ilha deserta, pronta para recomeçar o mundo. Mas uma vez que os homens, ainda que voluntários, não são idênticos ao movimento que os coloca na ilha, eles não retomam o impulso que a produz. Encontram a ilha sempre de fora, e a sua presença, efectivamente, contraria nela o deserto. Nesse sentido, a unidade da ilha deserta e do seu habitante não é real, mas imaginária, como a ideia de olharmos por detrás da cortina quando não estamos lá. Além disso, é duvidoso que a imaginação individual possa, por si, elevar-se a essa admirável identidade. Veremos como é necessária a imaginação colectiva no que ela tem de mais profundo, nos ritos e nas mitologias.



Nos próprios factos poderemos encontrar a confirmação, pelo menos negativa, de tudo isto, se pensarmos no que uma ilha deserta é realmente, geograficamente. A ilha e, por maioria de razão, a ilha deserta são noções extremamente pobres ou frágeis do ponto de vista da geografia; têm um fraco teor científico. O que não deixa de ser, para elas, um privilégio. Não há qualquer unidade objectiva no conjunto das ilhas, e menos ainda nas ilhas desertas. A ilha deserta pode, sem dúvida, ter um solo extremamente pobre. Deserta, ela pode ser um deserto, mas isso não é necessariamente assim. Se o verdadeiro deserto é inabitado, isso deve-se à circunstância de não apresentar as condições que tornariam verdadeiramente possível a vida, seja vegetal, animal ou humana. Pelo contrário, que a ilha deserta seja inabitada apresenta-se como puro facto que resulta das circunstâncias, isto é, do que a rodeia. A ilha é o que o mar circunda, à volta do qual podemos circular, é como um ovo. É redonda, como um ovo do mar. Tudo se passa como se ela tivesse colocado o seu deserto em torno de si, fora de si. O que é deserto é o oceano que a circunda. É em virtude das circunstâncias, por razões distintas do princípio de que depen-

de, que os navios passam ao largo e não param. Ela é desertada, mais do que um deserto. Ainda que possa conter, em si mesma, as fontes mais vivas, a fauna mais ágil, a flora mais colorida, os alimentos mais surpreendentes, os selvagens mais vivos e o naufrago como o seu fruto mais precioso, bem como, por fim, o barco que o vem procurar. Apesar de tudo isso, não deixa de ser a ilha deserta. Para não ser assim, seria necessário operar uma redistribuição geral dos continentes, do estado dos mares, das linhas de navegação.

Vale a pena, uma vez mais, sublinhar que a essência da ilha deserta é imaginária e não real, mitológica e não geográfica. Ao mesmo tempo, o seu destino está submetido às condições humanas que tornam possível uma mitologia. A mitologia não nasceu de uma simples vontade, e os povos deixaram desde cedo de compreender os seus mitos. É nesse preciso momento que tem início uma literatura. A literatura é a tentativa engenhosa de interpretar os mitos que já não compreendemos, no momento em que já deixámos de os compreender, por já não sabermos sonhá-los ou reproduzi-los. A literatura é a competição de contra-sensos que, natural e necessariamente,

a consciência opera sobre os temas do inconsciente; como todas as competições, tem os seus custos. Seria necessário mostrar como, nesse sentido, a mitologia entra em falência e morre em dois romances clássicos da ilha deserta: *Robinson*<sup>1</sup> e *Suzanne*<sup>2</sup>. *Suzanne et le Pacifique* coloca o acento no aspecto separado das ilhas, a separação da rapariga que aí se encontra; *Robinson* sublinha o outro aspecto, o da criação, o do recomeço. É verdade que, nesses dois casos, o modo como a mitologia entra em falência é bem diferente. Com a *Suzanne*, de Giraudoux, a mitologia morre mais belamente, com mais graciosidade. Com *Robinson*, a morte é mais penosa. É difícil imaginar um romance tão aborrecido, e é uma tristeza pensar que as crianças continuam a lê-lo. A visão do mundo de Robinson reside exclusivamente na propriedade, e nunca se viu um proprietário tão moralizante. A recriação mítica do mundo a partir da ilha deserta dá lugar à recomposição da vida quotidiana burguesa a partir do capital. Tudo é retirado do barco, nada é inventado, tudo é penosamente aplicado na ilha.

---

1 Daniel Dafoe, *Robinson Crusóé*, 1719.

2 Jean Giraudoux, *Suzanne et le Pacifique*, 1921.

O tempo não é senão o tempo necessário ao capital para arrecadar os benefícios resultantes do trabalho. E a função providencial de Deus é assegurar o lucro. Deus reconhece os seus, as pessoas honestas, as que têm belas propriedades, e distingue-as das más, as que desprezam a propriedade. A companheira de Robinson não é Eva, mas Sexta-Feira, dócil no trabalho, feliz por ser escravo, muito rapidamente enjoado com a antropofagia. Qualquer leitor saudável sonharia vê-lo comer Robinson no final. Trata-se do romance que melhor ilustra a tese da ligação entre o capitalismo e o protestantismo. *Robinson Crusóé* desenvolve a falência e a morte da mitologia no puritanismo. Tudo muda com *Suzanne*. Aí, a ilha deserta é um repositório de objectos já prontos, de objectos luxuosos. Na ilha existe já aquilo que a civilização levou séculos a produzir, a aperfeiçoar, a amadurecer. É verdade que, com *Suzanne*, a mitologia também morre, mas à maneira parisiense. Suzanne nada tem a recriar, a ilha deserta fornece-lhe o duplo de todos os objectos da cidade, de todas as montras das lojas, duplo inconsistente, separado do real, já que não adquire a solidez que os objectos geralmente ganham nas relações humanas, no seio das vendas

e das compras, das trocas e dos presentes. É uma rapariga enfadonha. Os seus companheiros não são Adão, mas jovens cadáveres, e quando reencontrar homens vivos, amá-los-á com um amor uniforme, como os padres, como se o amor fosse o limite mínimo da sua percepção.

Trata-se de reencontrar a vida mitológica da ilha deserta. No entanto, no contexto da própria falência, Robinson dá-nos uma indicação: ele precisaria de imediato de capital. Já Suzanne estava, antes de tudo, separada. E nem ele nem ela, no fim de contas, poderiam ser o elemento de um casal. É necessário restituir essas três indicações à sua pureza mitológica e retomar o movimento da imaginação que faz da ilha deserta um modelo, um protótipo da alma colectiva. Desde logo, é verdade que a partir da ilha deserta não se opera a própria criação mas a re-criação, não o começo mas o re-começo. É a origem, mas a origem segunda. A partir dela tudo recomeça. A ilha é o mínimo necessário para esse recomeço, o material que resta da primeira origem, o núcleo ou o ovo irradante que deverá ser suficiente para re-produzir tudo. Tudo isto supõe, evidentemente, que a formação do mundo se dá em dois tempos, em dois está-

gios, nascimento e renascimento, que o segundo é tão necessário e essencial quanto o primeiro, que o primeiro, então, está necessariamente comprometido, que nasceu para uma repetição e é já re-negado numa catástrofe. Não há um segundo nascimento por ter havido uma catástrofe mas, pela inversa, há uma catástrofe depois da origem porque deve haver, a partir da origem, um segundo nascimento. Podemos encontrar em nós a fonte dessa inversão: para avaliarmos a vida, tomamo-la na sua reprodução, e não na sua produção. O animal, cujo modo de reprodução ignoramos, não ocupou ainda o seu lugar entre os vivos. Não basta que tudo comece, é necessário que tudo se repita uma vez encerrado o ciclo das combinações possíveis. O segundo momento não é o que sucede ao primeiro, mas o reaparecimento do primeiro quando o ciclo dos outros momentos se encerrou. A segunda origem é por isso mais essencial do que a primeira, porque nos dá a lei da série, a lei da repetição, de que a primeira só nos dava os momentos. Mas tudo isto se manifesta em todas as mitologias, mais do que nas nossas fantasias. É até bem conhecido como o mito do dilúvio. A arca detém-se no único pedaço de terra que não está submerso, lugar circular e

sagrado a partir de onde o mundo recomeça. É uma ilha ou uma montanha, ou ambas ao mesmo tempo, a ilha é uma montanha marinha e a montanha é uma ilha ainda seca. Eis a primeira criação tomada numa recriação concentrada numa terra santa ou no meio do oceano. Segunda origem do mundo mais importante do que a primeira, eis a ilha santa: muitos mitos dizem-nos que aí se encontra um ovo, um ovo cósmico. Como compõe uma segunda origem, é confiada ao homem, não aos deuses. Está separada por toda a espessura do dilúvio. O oceano e a água, com efeito, são o princípio de uma segregação tal que, nas ilhas santas, constituem-se comunidades exclusivamente femininas, como as de Circe e de Calipso. No fim de contas, o começo partia de Deus e de um casal, mas não o recomeço, que parte de um ovo. A maternidade mitológica é, com frequência, uma partenogénese. A ideia de uma segunda origem confere todo o seu sentido à ilha deserta, sobrevivência da ilha santa num mundo que tarda em recomeçar. Há qualquer coisa, no ideal do recomeço, que precede o próprio começo, que o recupera para o aprofundar e o recuar no tempo. A ilha deserta é a matéria desse imemorial ou desse mais profundo.

**AH!**

**Associação Mural Sonoro**

Cç. Santana, 169

1150-303 Lisboa